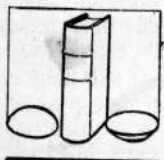


Ex-Ministros lutam juntos pela livre iniciativa

BRASÍLIA — O Senador Roberto Campos e os Deputados Delfim Neto e Francisco Dornelles, três dos quatro ex-ministros da área econômica com assento na Assembléia Nacional Constituinte, começaram na semana passada a se articular a fim de atuar de comum acordo nos debates. O quarto ex-Ministro constituinte é o Senador Severo Gomes (PMDB/SP), cujo pensamento econômico difere radicalmente dos outros três. As conversas incluem ainda o Deputado Guilherme Afif Domingues (PL/SP), Presidente da Associação Comercial de São Paulo.

— Ainda não nos articulamos de um modo formal — dizia, na noite da última sexta-feira, o Senador Rober-



to Campos, que foi Ministro do Planejamento do Governo do Marechal Castelo Branco. Ele, no entanto, admitiu que os primeiros contatos entre eles começaram tão logo a Assembléia Constituinte foi instalada, domingo passado. Os contatos serão retomados a partir desta semana, com a volta de todos a Brasília, tendo como centro a democratização econômica sem a qual eles julgam que a democracia política não é sustentável a longo prazo.

O fato de pertencerem a partidos diferentes — Campos e Delfim militam no PDS, enquanto Dornelles elegeu-se pelo PFL e Afif Domingues está no PL —, não os separa, segundo o ex-Ministro Francisco Dornelles, pois antes de qualquer circunstância é a maneira de pensar sobre a Economia que fornece "a argamassa para uma agenda comum".

O grupo pretende atuar também fora da Constituinte, a curto prazo, nas discussões sobre as questões econômicas mais imediatas:

— Mais urgente que o trabalho constituinte é exigir do Poder Executivo a remessa de projetos de lei a serem tratados em regime de urgência, que contenham um programa definido de combate à inflação, um programa de austeridade monetária e fiscal, um programa de desregulamentação da Economia e um programa de desestatização — avisa o Senador Roberto Campos, para quem a "crise econômica não pode esperar e tem de ser tratada pelo Congresso ordinário. A grande reforma constitucional é uma questão de estrutura e não de conjuntura e pode esperar".

Em linhas gerais, as três prioridades definidas pelo Senador adian-

tam a visão consensual que os três ex-Ministros, além de Afif Domingues, têm sobre a Economia e o que pretendem levar para a arena da Constituinte. Mas o aspecto que mais os instiga sem dúvida alguma refere-se à definição dos papéis do Estado e da iniciativa privada no exercício das atividades empresariais:

— O comum no político brasileiro é uma atitude hermafrodita: liberal na política e intervencionista na economia — ironiza Campos, para quem a participação do Estado deve ser a menor possível, com o que concorda Francisco Dornelles:

— O Governo deve voltar a sua preocupação para atividades próprias e inerentes ao Estado e deixar o resto para a iniciativa privada — diz o ex-Ministro da Fazenda do

Governo Sarney. Como atividades próprias e inerentes ao Estado, Dornelles cita Segurança, Educação, Saúde e Saneamento. Assim, empresas como a Acesita, Siderbrás, Nuclebrás e até mesmo a Eletrobrás deveriam, na opinião do ex-ministro, ser privatizadas.

— O Estado deve privatizar todas as empresas estatais que possam ser administradas pela iniciativa privada, mantendo aquelas que, por razão de Segurança Nacional, tradição e uma ou outra por eficiência devem ser preservadas — recomenda. Nesses casos estariam a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce (por eficiência), embora Dornelles não acredite que a Nuclebrás, por exemplo, deva figurar entre aquelas que por razões de Segurança Nacional não deveriam sair das mãos do Estado.

O roteiro dessa agenda comum consiste basicamente de três itens que todos acham que devem figurar a futura Carta: 1º) a primazia da livre iniciativa; 2º) a função meramente supletiva do Governo; e 3º) o fim do dirigismo estatal.

Outro ponto em comum na agenda constituinte do grupo é a defesa do capital estrangeiro. Afif, por exemplo, diz preferir o capital de risco estrangeiro "do que esse capital de empréstimo", enquanto Campos acha que o País se recusa a enfrentar a realidade, pois para crescer 6% ao ano, taxa que considera o mínimo indispensável para não agravar o problema do desemprego, será preciso um nível de poupança de 21% sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Pelos seus cálculos, entretanto, o Brasil poupa apenas 15%.

Delfim considera divisão entre Esquerda e Direita 'risível'

SÃO PAULO — O ex-Ministro Antônio Delfim Netto, Deputado federal eleito pelo PDS paulista, considera a divisão entre esquerda e direita uma dicotomia política "ultrapassada" e até mesmo "risível" em uma Assembléia Constituinte, na qual, segundo sua análise, os parlamentares trabalham sobre assuntos que extrapolam os interesses das siglas. Para mostrar que está falando sério, Delfim Netto aponta que, em sua plataforma constitucional, pelo menos dois pontos coincidem com os projetos do Deputado constituinte José Serra (PMDB-SP), considerado, como Delfim Netto, um economista brilhante, só que de esquerda.

Tanto José Serra como Delfim Netto em um determinado momento deverão estar defendendo no Congresso formas de controlar o fortalecimento do Estado e também estarão juntos por algo que ambos consideram fundamental para a sobrevivência econômica dos Municípios: a reforma tributária. Outras idéias do Deputado Delfim Netto para a nova Carta Constitucional, assegurar a igualdade de condições para todos os cidadãos no acesso aos serviços de Saúde e Educação, também vão ao encontro do que preconiza José Serra.

Entretanto, a defesa que Delfim Netto faz da livre iniciativa e o sistema de mercado é rechaçada por Serra, incrédulo de que, por si só, estes dois instrumentos resolveriam os problemas sociais do País já que, na análise do Deputado do PMDB, além de tornar a ação do Estado mais arbitrária, durante a gestão de Delfim Netto no comando da Economia do

País criou-se entraves ao funcionamento desta mesma livre iniciativa. Segundo José Serra, a livre iniciativa e a economia de mercado levam a sociedade a criar distorções variadas.

As divergências entre Delfim Netto e José Serra também são profundas em relação às saídas para o atual embaraço econômico. O parlamentar do PDS acha que o Governo não tem alternativa e deve agir exatamente como ele pretende: corrigindo os preços e aumentando os impostos. A trégua proposta para negociação do Pacto Social, segundo Delfim Netto também poderia ser um caminho para a crise, se "o Governo não tivesse tomado antecipadamente sua parte, aumentando a própria participação, para só depois chamar empresários e trabalhadores para as negociações".

Já o Deputado José Serra considera que a questão prioritária neste momento é a dos salários. O economista do PMDB afirma desconhecer um País que, como no Brasil, apresente uma diferença tão grande entre o salário-mínimo e os mais elevados tão grande, e sugeriu a criação de um "salário vital". Este "salário vital" seria um referencial em termos de piso salarial, mas não como indexador de prestações, contratos e outros salários. Este caráter do salário proposto por José Serra deveria ter respaldo constitucional e, com isso, na expliação de Serra, poderia se elevar o nível médio dos salários mais baixos, sem implicar em aumentos para os trabalhadores que têm no mínimo a referência legal para seu piso.